

Recuperação judicial ainda reflete sequelas da pandemia

Consultorias especializadas relatam maior procura pelas renegociações com credores e estimam alta nos pedidos de recuperação judicial para 2024, após recorde no ano passado

27/02/2024 05h02 Atualizado há um mês

Presentear matéria

O pedido de recuperação judicial da Gol nos Estados

Unidos, apelando ao mecanismo de proteção da legislação americana sob o Chapter 11, no fim de janeiro, acendeu um sinal de alerta no mercado. Apesar da redução dos juros, há empresas em dificuldades. O crescimento econômico ainda é insuficiente para dar tração aos negócios. Entre os setores com problemas estão o varejo, a construção civil e a agropecuária, que deve enfrentar clima mais adverso e produção menor neste ano.

Algumas empresas não superaram os problemas surgidos na pandemia, quando conseguiram sobreviver com a ajuda dos bancos, incentivados a renegociar as dívidas e a repassar linhas de crédito especiais de apoio. As empresas se endividaram com taxas baixas entre 2020 e 2021, acabaram enfrentando a forte elevação dos juros em 2022, redução da oferta de crédito e a queda da geração de caixa. Muitos contratos estão vencendo entre agora e 2025. Levantamento do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe) constatou que o índice de inadimplência de pessoas jurídicas se manteve em alta, em 3,58% em novembro do ano passado, mais que o dobro do 1,45% visto no fim de 2020.

Leia também:

Campos Neto: 'Este governo está tendo que conviver com um presidente do BC que não foi indicado por ele'

Lira diz que Congresso apresentará PEC para limitar esse 'câncer no Brasil que se chama Ação Direta de Inconstitucionalidade'

Os juros começaram a recuar no ano passado, embora ainda estejam em níveis muito altos em termos reais, quando se descontam as previsões para a inflação nos próximos 12 meses. Além disso, o impacto da queda das taxas na vida das empresas demora. A consultoria RK Partners calcula que, na média, os juros do crédito para capital de giro já caíram três pontos percentuais de janeiro de 2023 para o mês passado, de 30,3% para 27,3% ao ano. **A consultoria estima que a queda das taxas leva de 18 a 24 meses para ter efeito nas contas das empresas**, o que sustenta a sua previsão de que o ano de 2024 ainda vai ser ruim.

Além de o dinheiro custar caro, a oferta de crédito cresceu a um ritmo mais fraco no ano passado. Depois de ter subido 14,5% em 2022, aumentou praticamente metade em 2023, 7,9%, para R\$ 5,8 trilhões. As operações com as empresas se expandiram menos, 4,5%, em comparação com 10,1% no ano anterior. O crédito ampliado, calculado pelo Banco Central incluindo operações de mercado de capitais, teve expansão de 4,3%, sendo 15% registrados pelos títulos privados de dívida e 28,6% pelos papéis securitizados. A perspectiva é de ligeira melhora na oferta de crédito neste ano. Mas nada expressivo. O mercado financeiro projeta repetir a dose com aumento de 8%, e o próprio Banco Central prevê apenas um pouco mais, 8,8%.

Com o caixa apertado pelos compromissos financeiros, as empresas buscam localizar um comprador ou sócio, renegociar as dívidas com credores ou até pedir recuperação judicial. Arrumar alguém que injete recursos é uma alternativa difícil. Há mais de dois anos não há uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na bolsa brasileira.

Havia a expectativa de que essas operações fossem retomadas já neste início de ano. No entanto, as dúvidas em relação à política monetária americana adiaram um pouco mais esses negócios. Cresce o sentimento de que o juro só vai cair no segundo semestre nos Estados Unidos. Há espaço para as emissões de títulos de renda fixa, embora essa não seja uma alternativa para empresas de todo porte. Embora o desempenho do PIB seja razoável, o ritmo ainda deixa a desejar e é insuficiente para reanimar uma parte das empresas.

Nesse quadro, consultorias especializadas em reestruturação de dívidas relatam maior procura pelas renegociações com credores, processos que vinham sendo postergados na expectativa de se abrir espaço para negociar ou captar recursos no mercado. Relatório da TCP Partners, que acompanha 60 setores, projeta crescimento de 6% nos pedidos de recuperação judicial neste ano em relação a 2023, quando houve um aumento recorde. Segundo dados da Serasa Experian, **os pedidos de recuperação judicial subiram 68,7% no ano passado e somaram 1.405, o maior valor desde 2020**. Entre eles, 135 foram de grandes companhias, e o restante, de pequenas e médias empresas. A maior quantidade de pedidos veio dos setores de cultivo de cana-de-açúcar, laticínios, construção de rodovias e de ferrovias.

No fim de 2023, nada menos do que 4.045 empresas estavam em processo de reestruturação, conforme o Monitor RGF de Recuperação Judicial, desenvolvido pela consultoria RGF & Associados. O problema de muitas delas é o endividamento elevado constituído a partir da pandemia. O caso da **Gol** é ilustrativo. O impacto da pandemia no setor de aviação foi dos mais relevantes. Hoje, duas a cada mil empresas em atividade estão em recuperação judicial, estima a consultoria.

Para alguns especialistas, porém, o problema é maior. Segundo a RK Partners, do universo de 21 milhões de empresas existentes no país, quase 7 milhões têm ao menos uma dívida vencida. Muitas não vão pagar o débito e terão que renegociar. Elas vão tentar evitar ao máximo apelar para a recuperação judicial, porque o processo é longo e tem um custo elevado. De 128 reestruturações realizadas pela consultoria, só pouco mais de 20% foram recuperações judiciais.